

# Fraternidade e Política

## A Igreja Católica Posiciona-se a Favor da Ética na Política

---

*Dom Ladislau Biernask\*, Luzia do Rocio Ramos\*\**

---

Estamos no início da Quaresma, um tempo forte de recolhimento e oração, de penitência e convite à conversão. Nesse período também vivemos a Campanha da Fraternidade, que "deve ajudar à vivência do Mistério da Morte e Ressurreição de Jesus

Cristo, a penitência-conversão, a educação da comunidade para a fraternidade, e a um compromisso

---

*\* Bispo Auxiliar de Curitiba.*

*\*\* Economista, Assessora de Formação da Escola de Formação Política para Cristãos da Arquidiocese de Curitiba.*

pessoal, comunitário e social que vise atingir as causas dos males que destroem a fraternidade".<sup>1</sup> Neste ano de 1996, a Igreja do Brasil nos convida a refletir sobre Fraternidade e Política.

Deus, nosso Pai, criou o homem e a mulher para uma vida boa, de fraterna comunhão com a natureza e com todos os irmãos. Porém, a "serpente" levou os seres humanos à desobediência, ao afastamento do projeto de Deus. No plano político, hoje, existe uma "serpente" que nos afasta do projeto de Deus.

Vivemos uma realidade de apartação social, no Brasil e no resto do mundo. A exclusão social aumenta a cada dia. Em Curitiba e nos outros municípios da Região Metropolitana já existem quase 120 mil pessoas desempregadas. Este quadro aumenta a desnutrição e a mortalidade infantil, as doenças em geral, a evasão e a reprovação escolar, a violência. Qual é a causa deste crescente aumento no número de excluídos?

Nos países do Primeiro Mundo o desemprego já atinge, em média, dez em cada cem trabalhadores, e em alguns países, como Espanha e Argentina, chega a vinte em cada cem trabalhadores. O desemprego é hoje o problema mais grave, e aparentemente insolúvel, com que deparam os países ricos. Isto é decorrência do avanço tecnológico mas, também, da opção política pelo regime do mercado globalizado, imposto pelo sistema neoliberal, em que só é cidadão aquele que possui recursos suficientes para consumir, cada vez mais, bens cada vez mais sofisticados, e em que os que não possuem recursos para consumir são excluídos.

Os teóricos do neoliberalismo admitem que não é possível garantir a vida de todos, preconizando inclusive grandes cortes nas despesas sociais do Estado. Este é reconhecidamente um projeto de Morte. Como fazer para combatê-lo? Só a ação política dos cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos com um projeto de Vida pode mudar esta situação.

O apóstolo Paulo nos ensina que "pelo pecado a morte entrou no mundo e transmitiu-se a todos os homens, mas muito mais reinarão na vida aqueles que recebem a abundância da graça e o dom da justiça por obra de um só, Jesus Cristo" (Rm 5,12-19). O projeto de Jesus é o projeto da Vida: "Eu vim para que todos tenham vida e tenham vida em abundância" (Jo 10,10). Hoje nós somos convidados a escolher entre o projeto da Morte e o projeto da Vida; entre a exclusão de muitos e a vida para todos; entre a idolatria do mercado e a fidelidade a Jesus Cristo.

Dom Raimundo Damasceno, secretário-geral da CNBB, escreve, na apresentação do Texto-Base da Campanha da Fraternidade de 1996, que a política enquanto busca do bem comum interessa à Igreja e

aos seus pastores. Podemos nos perguntar: a busca do bem comum deve levar para a Vida ou para a Morte? Qual é a política que vem sendo praticada em nosso país? Qual e como tem sido a nossa participação na escolha dessa política?

A Igreja quer aproveitar este tempo privilegiado de reflexão, penitência e conversão para começar um processo de formação política dos cristãos, que ajude a todos a ter mais clareza sobre esta questão; a exercer melhor a sua cidadania; a melhorar a qualidade da sua ação política. "A política é uma maneira exigente de viver o compromisso cristão, a serviço dos outros."<sup>2</sup>

O Reino definitivo e em plenitude será obra de Deus, mas é nosso dever começar aqui e agora a construção de uma sociedade mais justa e fraterna e, para isto, a política é o meio necessário.

O lema escolhido contém duas características importantes da era messiânica: *Justiça e Paz*. Com elas chegam a prosperidade e a estabilidade na ordem social. Para a realização deste sonho ideal a política é a mediação necessária.<sup>3</sup>

O objetivo geral da Campanha da Fraternidade deste ano é contribuir para a formação política dos cristãos para que exerçam sua cidadania sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária. Para alcançar esta meta é necessário ampliar o conceito de política para além de processos eleitorais; oferecer elementos para um novo exercício da política a partir do pobre e do excluído; incentivar as pessoas a se tornarem sujeitos da ação política na promoção do bem comum; clarear a ligação da política com o cotidiano das relações familiares, comunitárias e eclesiais; estimular a militância política e o exercício de cargos públicos revisando permanentemente a prática do poder.

*A política que todos fazemos é expressão de uma determinada cultura. Toda cultura política pode ser definida como o conjunto de convicções e atitudes, de normas éticas e opções referentes ao fenômeno político, compartilhadas pelos membros de uma determinada sociedade. Fazem parte dessa cultura: o conhecimento sobre as instituições; as atitudes de confiança, indiferença, rechaço, cinismo diante da política; as noções acerca do que é correto e do que é incorreto na ação política.*

*Em termos gerais a cultura política brasileira caracteriza-se: pelo desconhecimento do dever cívico de participar da política; pela falta de informação adequada acerca do objeto real dos embates políticos; pelo não conhecimento da maioria do povo quanto aos aspectos mais rudimentares do processo político.<sup>4</sup>*

É preciso mudar esta cultura e isso só será possível proporcionando ao maior número de pessoas uma formação política pautada por valores éticos cristãos. Esta é a tarefa a que se propõe a Igreja do Brasil nesta Campanha da Fraternidade e ao longo de todo este ano.

O ano de 1996 é o momento por excelência para esta ação da Igreja, pois a ocorrência das eleições municipais surge como um elemento de motivação para o aprimoramento do agir político, quando os princípios da descentralização e da subsidiariedade devem orientar os cidadãos e cidadãs a buscarem, em primeiro lugar, a melhoria da qualidade do poder local.

Outros critérios éticos, destacados na 2ª Semana Social Brasileira, e que devem pautar o posicionamento político do eleitor cristão, são o respeito à dignidade de cada pessoa humana; à emergência da vida como valor fundamental; à natureza social da pessoa humana; à primazia do trabalho sobre o capital; à solidariedade, que significa colocar-se no lugar do próximo e sentir suas dores; e à subsidiariedade, ou seja, não esperar da esfera superior aquilo que pode fazer a esfera local, ou, não esperar do poder público aquilo que se pode fazer.

### **Crítérios para a missão da Igreja na política**

O critério fundamental é a evangélica opção preferencial pelos pobres. Não por mérito deles, mas por obediência à lógica da gratuidade e da necessidade. Deus os ama preferencialmente porque são necessitados. A partir da dimensão política da fé se define um perfil da prática política a ser testemunhado pela atuação dos cristãos:

- na perspectiva pessoal: o ideal do homem novo e da mulher nova ajuda a resgatar o valor da subjetividade;
- na perspectiva social: o amor afetivo e efetivo implica um projeto de sociedade baseado na igualdade e dignidade de todos e no respeito às diferenças e permite ver a iminente dignidade dos fracos, dos marginalizados;
- na perspectiva pedagógica: os cristãos, valorizando as pessoas e crendo em uma sociedade nova, são chamados a partir da vida do povo, de sua consciência, de sua história, de sua experiência religiosa, possibilitando um avanço na formação da consciência crítica;
- na perspectiva globalizante: os cristãos podem contribuir lembrando que nem tudo é política, valorizando as relações interpessoais, a dimensão religiosa, a capacidade celebrativa. Para o cristão, a última palavra é o Reino de Deus, vivido já aqui e agora, mas a caminho do Reino Definitivo onde a Justiça e a Paz se abraçarão plenamente.

A fraternidade cristã é vista atualmente como a consciência do dever de trabalhar, junto com todas

as pessoas de boa vontade, para introduzir na estrutura e na cultura de estados pluralistas e democráticos valores de justiça social, liberdade, respeito às pessoas, tolerância, disposição para a reconciliação, gratuidade, solidariedade, ética e respeito ao meio ambiente.<sup>5</sup>

### **Níveis de atuação da Igreja Católica na política**

Para que os leigos desempenhem sua tarefa específica é essencial que recebam uma adequada formação para a participação política, que lhes possibilite: aprender a fazer a análise da realidade; conhecer as propostas e práticas dos partidos e candidatos, aprendendo a respeitar a opção partidária de outras pessoas; adquirir consciência crítica em face da realidade política; desenvolver a sua formação na fé e adquirir sólido conhecimento da Doutrina Social da Igreja para discernir e avaliar com critérios evangélicos a realidade e a ação política.<sup>6</sup>

No mesmo documento, os bispos insistem:

*Os partidos políticos são o lugar próprio para as atividades políticas, mas as comunidades eclesiais podem oferecer aos cristãos uma instância privilegiada para que eles discirnam, deliberem, à luz da fé, questões que, depois, serão trabalhadas em nível estritamente político no partido. A Igreja espera que os cristãos, oriundos das CEBs e outros grupos e movimentos eclesiais, sejam verdadeiras sementeiras de uma nova política no País.*

### **Propostas para o agir**

□ Estudar, praticar e difundir as seguintes idéias básicas:

- radicalização da democracia;
- construção coletiva;
- cidadania ativa;
- inversão das prioridades.

□ Proporcionar, de várias formas, a formação dos leigos para a participação política, através da:

- a) explicitação da dimensão política da evangelização, o que deve se dar na catequese, na liturgia, no cotidiano da vida da Igreja;
- b) organização de cursos de formação política;
- c) realização de cursos sistemáticos ou Escolas de Fé e Política, destinados para pessoas já engajadas, organismos e movimentos;
- d) promoção de seminários de aprofundamento em temas sócio-políticos para agentes de pastoral;
- e) participação nos Conselhos paritários municipais, estaduais e federais;
- f) formação espiritual, ressaltando a mística da convivência e do exercício do poder.

□ Valorizar o protagonismo dos leigos como instrumento de ação evangelizadora na sua dimensão profético-transformadora:

- a) como eleitores;
- b) como membros de movimentos sociais na luta por direitos;
- c) como membros de partidos políticos;
- d) como políticos com mandatos eletivos;
- e) como força coletiva organizada em Conselhos de Leigos arquidiocesanos e locais.

### Eleições municipais de 1996

O dever de votar precisa ser valorizado. Nesse sentido, a ocasião é oportuna para discutir os vários tipos de eleitores e de políticos que existem no Brasil: há eleitores que votam por tradição; há os que votam para pagar favores recebidos; há aqueles que votam no mais forte; há os que votam na aparência; os que vão na conversa dos cabos eleitorais; os que anulam o voto ou votam em branco, e há, finalmente, o eleitor consciente.

Por sua vez, é preciso mostrar que há vários tipos de políticos: o "profissional", o interesseiro, o exibicionista, o "engomadinho", o político de prome-

sas, o político sem identidade e, também, o político ideal, interessado no bem comum.

É de fundamental importância que se considere a ação política cristã no antes, no durante e no depois das eleições municipais.

### Conclusão

Uma Igreja preocupada com a dimensão política da fraternidade deve assumir uma atitude profética de anúncio de um mundo novo e de denúncia de toda forma de opressão e injustiça.

Maria, no Magnificat, anuncia inversão nas relações sociais (Lc 1, 46-55). Que a devoção à Nossa Senhora Aparecida, negra, e à Virgem de Guadalupe, índia, nos fortaleça na construção de relações sociais justas e fraternas. Que ela nos ajude a "resistir e a ter esperança quando a vida está mais ameaçada e a encontrar alternativas quando os caminhos se fecham, como companheira ativa, livre e animadora da sociedade"<sup>7</sup>.

### NOTAS DE REFERÊNCIA

<sup>1</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Fraternidade e política: justiça e paz se abraçarão: texto base*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1996. p.88.

<sup>2</sup> Paulo VI. *Carta Encíclica sobre as necessidades de um mundo em transformação, em comemoração dos 80 anos da Rerum Novarum - Octogesima Adveniens (OA)*, n.46. Citado por CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.12.

<sup>3</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.7.

<sup>4</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.15.

<sup>5</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.4.

<sup>6</sup> IGREJA: COMUNHÃO E MISSÃO NA EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS, DO MUNDO, DA POLÍTICA, DO TRABALHADOR E DA CULTURA. São Paulo: CNBB, v.40, n.216-217, 1995. Citado por CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.69.

<sup>7</sup> IV CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Documento de Santo Domingo (DSD) 104. Citado por CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, p.77.

## Perfil do Crescimento para 1996

Daniel Nojima\*

O desempenho da economia brasileira no final de 1995 ainda reflete as drásticas medidas de contenção adotadas pelo Governo Federal entre março e agosto do ano passado. Em paralelo, o mercado revelou o surgimento de novos padrões de consumo e de produção, determinados pelo ambiente de economia estável e pelo contexto de crescimento restrito.

Dessa forma, as vendas no comércio em dezembro, contidas em decorrência do alto grau de inadimplência dos consumidores e do aumento do desemprego, estiveram longe de assemelhar-se à euforia de consumo no mesmo período do ano anterior. Mesmo assim, apesar de indicativos de queda do faturamento, houve crescimento da quantidade física comercializada. O faturamento do comércio paulista recuou 8,51% e as vendas físicas aumentaram 4,06%

em dezembro, comparativamente ao mesmo mês de 1994, segundo a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP).

Paralelamente, a indústria nacional registrou, no intervalo agosto-novembro, leve reversão de tendência – determinada pela sazonalidade de fim de ano –, com crescimento de 4,3%, apesar de os resultados mensais apontarem desempenho inferior ao ano anterior.

No Paraná, não houve indícios de uma recuperação global da economia, senão de aumentos localizados de produção – igualmente explicados pela elevação normal da demanda em virtude das festas

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.